

O aumento da violência criminal no Brasil(*)

JEAN CLAUDE CHESNAIS

Diretor de pesquisas, INED (Instituto Nacional de Estudos Demográficos de Paris) (**)

SUMÁRIO: Introdução. I – A diminuição secular do homicídio nos países “avançados”. II – As causas da crise atual. III – A luta contra o crime. Conclusão.

I – Introdução

No Brasil, a violência, sobretudo urbana, está no centro da vida quotidiana, ocupando as manchetes dos jornais e sendo objeto de programas especiais de televisão; envolve, sobretudo, o comportamento de tanto que ela é ameaçadora, progressiva e geradora de um profundo sentimento de insegurança. Tal evolução é sintomática de uma desintegração social, de um mal-estar coletivo, de uma desmoralização das instituições públicas. Como a Colômbia, tristemente conhecida por sua carência de Estado e sobretudo pelas carnificinas exercidas pelos cartéis da drogas (Medellín, Cali), o Brasil é, entre os países de colonização européia, o mais atingido pela criminalidade de sangue. O que se conhece é somente a ponta do “iceberg”; a violência escondida atrás das paredes dos lares, a violência sexual, as rixas familiares, as crianças espancadas só são conhecidas parcialmente, mesmo em caso de falecimento das vítimas: as circunstâncias de morte são sufocadas sob uma capa de silêncio; por outro lado, o registro civil continua a ser precário, em particular nas zonas rurais mais pobres ou nas zonas urbanas recentes (periferia, favelas, cortiços); o custo do sepultamento é superior às possibilidades econômicas da população.

A situação atual do Brasil é completamente atípica. As mortes violentas são a primeira causa de óbito entre as idades de 5 a 45 anos; tais mortes prematuras são evitáveis e custosas demais em termos de anos de vida perdidos; entre os homens, o homicídio intencional é a primeira causa de óbitos em termos de potencial de vida perdida. O caso brasileiro é mais grave que o dos Estados Unidos e mesmo o da Rússia, onde

há um caos, uma deterioração e uma criminalidade mafiosa indescritíveis, desde a derubada do comunismo. Para estudar a especificidade brasileira, encontramos interlocutores bem informados e espontâneos, graças a entrevistas com pessoas dos meios mais diversos (policiais, juizes, guardas de prisão, detentos, delinquentes, médicos-legistas, políticos, experts, jornalistas, diplomatas, homens de negócios, assistentes sociais, etc.), nos locais mais variados (escolas, hospitais, cemitérios, distritos policiais, estandes de tiro, prisões, institutos médico-legais, favelas, etc.)

Como todo visitante, ficamos chocados, mesmo fora do local de nossa missão, com a obsessão de insegurança que envolve o total dos habitantes das grandes cidades brasileiras. No coração de São Paulo, as residências com sistema de segurança, cercadas por altas grades, protegidas por vigias, são sinais da desconfiança das classes “burguesas” contra as classes “perigosas”; tudo se passa como se os brancos procurassem reviver feudos europeus, evitando contato com descendentes de escravos chegados aos milhões, como imigrantes, fugindo da miséria do Nordeste; numerosos são aqueles que não hesitam em falar de um “apartheid” social, pois tal segregação faz lembrar a que existe em certos países onde se vê uma forte tensão entre negros e brancos, como nos Estados Unidos, no leste da África ou na África do Sul.

A violência gera o medo, mas o medo gera também a violência; é, pois, um círculo vicioso que se instala, uma psicose coletiva, que é necessário a todo custo romper e do qual se aproveitam somente certos “lobbies” da segurança, como as empresas de segurança, as guardas particulares, as companhias de seguro, os esquadrões da morte, etc. Mas a imagem internacional do Brasil foi atingida, sua reputação manchada. Este país venturoso, imenso, de riquezas fabulosas, não consegue decolar, como tantas vezes anunciado; muitos estrangeiros que nele apostaram sofrem certo amargor, tanto é o esbanjamento, a corrupção, o corporativismo que neutralizam a iniciativa e o esforço de inovação. A intensidade da violência é ao mesmo tempo uma causa e uma consequência dessa “falta de civismo”. Em 1989, o número oficial de pessoas mortas por homicídios em todo o Brasil atingia 28 700, taxa duas vezes superior à dos Estados Unidos; desde então, a deterioração prossegue. Levando-se em consideração a imprecisão das estatísticas, o número real de vítimas de homicídios é atualmente (1995) da ordem de 35.000 a 40 000 por ano. Na Região Metropolitana de São Paulo (16 milhões de habitantes), contam-se mais de 60.000 mortes desde 1983, mais mortes que no exército americano no Vietnã (56 000 óbitos, cuja maioria, de fato, ocorreu em acidentes por ocasião de transportes ou nas operações de limpeza dos campos minados, e não em combates propriamente ditos). A tais mortos, é preciso juntar os feridos, muitos dos quais ficaram física ou mentalmente incapacitados para a vida, freqüentemente na flor da idade, por volta dos 20 anos. Foi, pois, uma tragédia que se abateu sobre centenas de milhares de pessoas. Ora, a situação só tem agravado de ano para ano: na Região Metropolitana de São Paulo, em meados de 1970, contavam-se 800 mortes por homicídio todo ano; a partir de 1989, esse número ultrapassa 6 500, ou seja, oito vezes mais. Essa explosão da violência não tem relação com o aumento da população, uma vez que o índice de homicídios foi multiplicado por seis entre 1975 e 1989. Desde então, a situação parece quase estabilizada, num nível muito elevado, ainda que seja previsto um crescimento para 1995. Concentrar-nos-emos aqui exclusivamente na mortalidade por homicídio doloso, com exclusão de qualquer outra forma de violência: é, com efeito, a parte mais grave e elucidada do crime; ora, neste ponto, a evolução brasileira se distingue radicalmente da de outros países de colonização européia, onde o índice de homicídios é comparável ao da Inglaterra medieval.

(*) Tradução de Luiz Gonzaga de Freitas. Primeira publicação em português.

(**) Maître de Conférences da Escola Nacional de Administração (ENA) da França.

1 – O retrocesso secular da violência e as exceções

A violência não tem o significado que lhe dá o senso comum e se coloca, indiscutivelmente, no pico da hierarquia das infrações contra as pessoas, pois ela as ameaça naquilo que têm de mais precioso: a vida, a saúde, a liberdade.

De que maneira, no curso da história, evoluíram os comportamentos diante da vida, medidos pela estatística dos homicídios e dos suicídios?

De maneira geral, o índice de suicídios tende a aumentar com as etapas do desenvolvimento social e econômico, ao passo que o índice de homicídios tende a diminuir.

Nas sociedades com nível de instrução elevado, a frequência do suicídio é elevada, a do homicídio é fraca; enquanto nas sociedades tradicionais, nas quais predomina o analfabetismo, a situação é inversa: o homicídio é comum e o suicídio raro. As comparações internacionais confirmam os resultados da análise histórica: nas sociedades fortemente estruturadas, nas quais os deveres e os regulamentos são estritamente codificados, o quociente suicídio/homicídio é elevado, enquanto o inverso prevalece nas sociedades pouco avançadas.

Nos países desenvolvidos contemporâneos, a morte causada voluntariamente por outrem tornou-se rara; somente fazem exceção os Estados Unidos e, há alguns anos, a ex-URSS. Se colocarmos de lado o caso muito particular dos Estados Unidos, caracterizado por um índice de mortalidade por homicídios cerca de 10 vezes mais elevado que a média das outras nações ocidentais, o índice anual de mortalidade por homicídio no Ocidente é hoje em dia da ordem de 1 óbito por 100 000 habitantes. No decorrer dos dois últimos séculos, um processo de convergência se manifesta entre os países do noroeste da Europa, situados no pico da modernização industrial, e os países agrícolas do Sul e do Leste do continente. Na Itália, por exemplo, há um século, por volta de 1890, a criminalidade de sangue era originalmente de 1 500 mortos por ano, ou seja 5 em 100 000 pessoas; por volta de 1930, esse índice estava reduzido pela metade; e diminuiu até atingir um mínimo de 1 para 100 000 nos anos 60; somente dois momentos se distinguem nesse grande movimento de declínio histórico: os picos que acompanham a miséria de cada uma das duas Guerras Mundiais.

Na maioria das sociedades européias, a evolução é análoga: de um decênio ao seguinte, até meados do presente século, o índice de homicídios tende a baixar; assim, entre 1860-1880, tanto na Suécia como na Inglaterra, a mortalidade por homicídio era da ordem de 2 por 100 000 habitantes; nos decênios que se seguem, ela cai para 1 para 100 000.

Nos numerosos países ocidentais, todavia, a tendência inverteu-se desde meados dos anos 60: fatores como a desagregação do tecido social urbano, a explosão das estruturas familiares, o desenvolvimento da toxicomania e do desemprego, em particular entre as minorias mais desfavorecidas (imigrantes notadamente), podem ser a origem desse retorno. Nos Estados Unidos, o contraste entre os três últimos decênios e os precedentes é mais nítido: é que a incidência dos fatores enumerados acima poderia ser mais profunda, sobretudo entre os negros, que são mais afetados pelo homicídio. Mas, mesmo nos Estados Unidos, os crimes contra os bens (roubos, arrombamentos, trapações, etc.) aumentaram bem mais rapidamente que os crimes contra as pessoas (assassinatos, homicídios, violações, lesões corporais, etc.): excetuando-se certos bairros perigosos, esse país é na realidade mais seguro e mais respeitador da lei que a opinião geral pode imaginar. As comparações internacionais são úteis em geral.

Em El Salvador, por exemplo, o índice de homicídio avizinha-se regularmente dos 90 por 1.000 habitantes. Por volta de 1970, na Tailândia e nas Filipinas, era da ordem de 20, no México e na Colômbia, de 15. Nas regiões que produzem e vendem droga, a incidência é ainda bem maior: entre os jovens adultos masculinos, o assassinato é a primeira causa de morte; o fenômeno se observa em várias partes do Peru, do Equador, da Bolívia ou da Colômbia.

2 – Os costumes de nossos ancestrais

As sociedades camponesas antigas praticam menos a violência simbólica do que a violência sanguinária; a vida ali é rude, a subsistência precária. Elas não conhecem outras formas de repressão a não ser a vingança pessoal, não aplicam outra regra a não ser a lei de talião, exercida na sua mais fria brutalidade. A lei é inexistente, ou sem força exercitória; as palavras são duras, as rivalidades tenazes, sempre sanguinolentas, às vezes mortíferas.

Não há nada para substituir a violência. As testemunhas dessa rudeza são múltiplas; basta ver os filmes do intervalo entre as duas guerras, os resumos dos debates no Parlamento ou as polémicas políticas na imprensa até meados do século, para ver a que ponto a própria linguagem suavizou-se: a palavra tornou-se menos crua, mais eufêmica, os conflitos mais discretos.

Nos países desenvolvidos, as penas corporais foram banidas do ensino. Coisa mais natural, pensa-se! É esquecer que outrora se acreditava que a palmatória era o instrumento mais eficaz do professor; os velhos princípios da pedagogia clerical de outrora são claros: trata-se de domar o demônio que sugere à criança "maus hábitos", de domesticar o diabo que dorme nela. O direito de correção do "pater familias" é, há muito tempo, discutível; os suecos, descendentes dos terríveis vikings, votaram mesmo uma lei proibindo palmadas nas crianças.

Se o sentimento de insegurança existe ainda, a insegurança não é mais da mesma natureza. As hordas de assaltantes pararam de frequentar as veredas de nossas florestas. O que fazer, hoje em dia, para escapar dos saques e dos massacres? Refugiar-se regularmente em sótãos ou porões, como os aldeões, na Idade Média, que se barricavam atrás dos muros ou fugiam para as montanhas? Como lutar para defender sua propriedade? Esses tempos acabaram: existe um cadastro geral e registros em cartório.

Como todas as mudanças estruturais, estas foram lentas, mas profundas; penetraram, pouco a pouco, em todos os países e em todas as camadas sociais. Começaram pelos costumes e atingiram até o linguajar.

O que há de mais revelador que o desaparecimento do duelo, esse mal da aristocracia européia, e o das execuções capitais? No exército francês, o mais moderno do mundo, aquele que, alguns anos antes, fizera tremer toda a Europa, o duelo florescia ainda por volta de 1820: assim, de 1819 a 1826, víamos desaparecer, por duelo, nas fileiras do exército, mais de 800 homens. O espírito cavalheiresco, pronto a vingar a ofensa, não morreu; o recurso aos tribunais tarda a entrar nos costumes.

Até meados do século XIX, em numerosos países, na Inglaterra, em particular, o índice de execução capital era sempre superior ao de homicídio. A pena de morte era frequente, mesmo para crimes menores, como roubos de gado ou pequenos furtos; não era raro que crianças fossem condenadas à morte e executadas. A pena de morte era considerada o único meio de impedir a explosão dos crimes, a esperança de vida era breve e aleatória; a vida não tinha absolutamente valor. Também não havia escrúpulo algum em tirá-la. Para melhor garantir a exemplaridade da pena, a execução tornou-se pública: ao castigo capital, juntava-se a vergonha. Um cerimonial sabiamente preparado, minuciosamente ritualizado. Era um verdadeiro acontecimento nacional, que reunia multidões consideráveis, atraídas por uma curiosidade mórbida. Para muitos camponeses, vindos de lugares longínquos, era a grande peregrinação de sua vida, uma espécie de viagem aos infernos; na Inglaterra, as forcas faziam parte da paisagem ambiental, como as igrejas e os calvários em países católicos; os enforcamentos eram individuais ou em grupos de doze, dezesseis ou mesmo de vinte. O espetáculo era dantesco. Quase sempre os condenados estavam bêbados, e os carrascos também.

Como em qualquer lugar, a transição entre a era do dogma da execução capital como fundamento do sistema penal e a era de seu enfraquecimento total fez-se gradual.

mente, de direito ou de fato, a partir de 1820. No mundo industrial, os Estados Unidos permanecem atípicos, tanto em matéria de criminalidade como em matéria de crime de morte: a herança escravagista, a tradição darwinista e o culto à arma de fogo não têm equivalente em nenhum país europeu.

O surgimento da clemência, o recuo da violência podem ser atribuídos a diferentes fatores: primeiramente e antes de tudo à organização do Estado moderno, com seu aparelho repressivo (polícia, justiça) e à mudança de seus modelos sociais que são a escola e o exército. Não há liberdade sem leis e sem Estado-árbitro para fazê-las respeitar, já proclamava, há três séculos, Locke. Ora, mesmo na Europa, no início do último século, o Estado-nação só existia na Inglaterra e na Europa; era uma herança dos príncipes e dos senhores da Idade Média. Na França, em particular, o processo de controle do Estado é muito antigo; a polícia parisiense data do século XI, as outras polícias urbanas vieram em seguida; nos campos, a cavalaria (gendarmeria) remonta ao século XVII; o país dispunha de uma das polícias mais numerosas, bem divididas e das mais eficazes que existiam no mundo, e tal fato é secular.

A herança do Estado é milenar, e o espaço territorial foi reforçado por Napoleão; desde o século XIII, a França é um lugar organizado, onde o espaço é controlado, esquadrihado, cadastrado e submetido a regras escritas bem codificadas pelo direito romano; o jacobinismo legado pelos reis foi reforçado pela infra-estrutura; a França dispõe da mais extensa rede de estradas por habitante, mesmo a costa é estreitamente guardada, a cavalo, no famoso "atalho dos aduaneiros".

A sociedade é, tradicionalmente, uma sociedade de pequenos proprietários de terra, transformados em cidadãos; quando a tecnologia os expulsou dos campos em direção a Paris, como no século XIX, os camponeses foram estreitamente observados pela polícia, que dispunha de cadastros por imóveis e mesmo por indivíduo, para os suspeitos. Se o homicídio conheceu episódios de crise, ele permaneceu relativamente fraco; se falarmos de classes "perigosas", não é tanto por causa da violência quotidiana, mas das revoltas operárias sangrentas, como as de 1830, 1848 e 1870.

O caso da Córsega, onde o Estado era inexistente até o século XIX, é das ilustrações mais marcantes da regressão do crime a partir do momento em que os feudos locais perderam seu poder em proveito de uma autoridade superior, representativa do interesse comum e habilitada a exercer o monopólio da violência. Em meados do século XIX, a frequência de homicídio era quarenta vezes maior na Córsega do que em Paris (62 e 1,6 por 100.000 habitantes respectivamente); o índice corso era comparável ao do Rio de hoje; a vendeta reinava. A partir de 1851, medidas especiais foram tomadas para assegurar aos habitantes da ilha a segurança de que gozavam os do continente sob o ponto de vista pessoal; a lei de 1º de junho de 1853 proibiu o porte de armas, visando suprimir o banditismo; tropas especiais foram enviadas, a polícia judiciária reforçou a vigilância. Por volta de 1930, o índice de homicídio não passava de 5 em 100.000 habitantes, era quatro vezes menor que no Brasil de hoje. O Estado assumiu o controle do território. Em toda a França, em 1995, o número de pessoas mortas por homicídio foi somente de 600 por ano, ou seja, um índice de 1,1 por 100.000 habitantes, o mesmo que nos países onde o crime organizado é inexistente, sendo inexpressiva a diferença de sexo das vítimas. Em média, duas mortes de homem por uma de mulher, comparativamente a dez ou mais nos países onde causam estragos o narcotráfico e a guerra civil que ele instaura. No Reino Unido, onde a população é análoga à da França (58 milhões), a incidência do homicídio criminal é ainda menor: 500 mortes por ano; a aglomeração londrina, que foi por muito tempo a mais populosa do mundo, é a mais pacífica possível: se a polícia não é armada, o senso cívico é agudo: todo bairro está organizado e tem seu próprio comitê de vigilância.

A unificação dos principados alemães só se fez em 1870, e o princípio do governo permanece federal, mas a organização do Estado não saiu do nada. Ela foi implantada

sobre estruturas já bem estabelecidas (tribunais, polícias locais). O número anual de pessoas vítimas de mortes ou de assassinatos é de 900, em 80 milhões de habitantes, ou seja, um índice comparável ao da Inglaterra ou da França (1,1). Na península ibérica (Espanha, Portugal), o índice converge igualmente em torno de 1 somente.

Na Itália, em compensação, o número correspondente de mortes avizinha-se hoje de 1.700 e o índice (3) é três vezes superior ao dos vizinhos do noroeste da Europa. A diferença está ligada, no essencial, ao crime organizado pela Máfia, notadamente no Sul da península (Sicília, Calábria, Pulha, Nápoles).

Os Estados asiáticos mais avançados assemelham-se, do ponto de vista do controle da violência, à Europa ocidental. Assim, na Coreia do Sul e em Hong Kong, o índice é pequeno: 1,8 morte em 100.000 habitantes. No Japão, onde a disciplina é rigorosa e onde a polícia está particularmente vigilante, o índice é o menor do planeta: 0,6 por 100.000 habitantes. A China não dispõe de um aparelho estatístico que cubra o conjunto de seu território, mas na zona de registro, concernente a uma população de 100 milhões de habitantes, situada sem dúvida na parte costeira mais avançada, o índice é, em média, de 2 em 100.000 pessoas. Mede-se aqui a que ponto a situação brasileira é aberrante.

3 - As exceções

Os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a violência é endêmica, e o uso de revólver é considerado como um direito fundamental, garantido pela Constituição; a concepção da liberdade individual, saída do espírito pioneiro e das conquistas territoriais, é tão grande que inclui o princípio de autodefesa. O Estado prescinde da ingerência, dispensando a fama que tem do outro lado do Atlântico. Toda intervenção do Estado é naturalmente tachada de socialismo, na verdade de comunismo. A polícia federal (FBI) só foi criada tardiamente, nos anos 30, e cada Estado tem sua própria legislação. O índice de homicídio conheceu um pico nos anos 30 e um outro a partir dos anos 60, para culminar, por sua vez, em torno de 10 para 100.000 habitantes, mas desde 1993, a violência diminuiu e o homicídio retrocedeu, em particular em certas cidades, como Nova York. O número anual de mortes por homicídios, que havia atingido 27.000, começa a recuar; nos bairros mais perigosos, a consumação de "crack" parece ter começado a baixar, e as patrulhas de polícia, mais bem informadas, graças ao diálogo estabelecido com os habitantes dos bairros, fazem um melhor trabalho de prevenção. Com uma relação de masculinidade de 4 vítimas masculinas por 1 vítima feminina, a criminalidade de sangue americana apresenta-se intermediária entre a criminalidade particular (relação próxima a 2) e a criminalidade organizada (relação igual ou superior a 10).

A Rússia atual. Na Rússia, demolida desde os anos 80, no fundo da penúria alimentar, de pauperização e de desorganização do Estado, o aumento da violência ampliou-se com a queda do comunismo e com a desmobilização de centenas de milhares de soldados até então empregados na guerra (Afeganistão) ou na vigilância do império soviético. O Estado de natureza substitui o Estado de direito, marcando uma regressão histórica sem precedente; as máfias, sempre cúmplices, naturalmente saídas da antiga "nomenklatura", controlam setores cada vez mais importantes da atividade econômica e dispõem de fortunas imensas, ocultadas nas contas secretas no estrangeiro; em 1991, o número de mortos por homicídio no território da federação da Rússia eleva-se a 22.600; em 1995, ele deveria avizinhar-se de 30.000, ou seja, um índice equivalente ao do Brasil. O caos, o alcoolismo e a venda de armas de fogo (estoques do Exército Vermelho) nada têm de comparável. Sinal inquietante, a relação de masculinidade das vítimas atinge 5, ultrapassando, pois, a dos Estados Unidos.

A Itália atual. A partir do início dos anos 70, o recrudescimento da Máfia e sua participação crescente no comércio de droga e de armas - logo depois do desmantelamento

da Conexão Francesa - provocaram um forte agravamento do homicídio, invertendo, assim, a tendência secular de baixa; o índice de homicídio triplicou a partir do fim dos anos 60. A relação de masculinidade saltou para oito; trata-se de uma guerra de clãs, eliminando entre eles jovens "bandidos de honra".

A América Latina tropical. Numerosos países da América Central e da América Latina tropical foram atingidos por uma epidemia de violência; vários fatores se combinam para explicar a virulência: as seqüelas da guerra fria e as guerrilhas na América Central (venda de armas, redirecionamento de homens para atividades criminais); o desenvolvimento da demanda e do comércio de drogas para os Estados Unidos e a Europa, a irrupção do "crack"; a venda de saldos de armas de fogo no mercado mundial, logo depois da ruína da economia soviética. O México foi menos atingido que os grandes países da região; como em 1991, 15.000 mortos por homicídio, apresenta um índice de homicídio de 17,5, inferior ao do Brasil, a relação de masculinidade das vítimas é, entretanto, muito elevada: 9. No Peru e na Bolívia os dados não são confiáveis. Na Colômbia; em compensação, em 1990, contavam-se 24.000 mortes por homicídio, ou seja, um índice de 75, em lugar de 15 em 1970; a masculinidade das mortes atingia o sinistro recorde de 12 a 1, comparável à do Brasil (11 a 1 em 1989).

No Brasil, o número de mortes por homicídio registradas como tais atingia 28.700 em 1989; este número é verdadeiramente subestimado, e a ordem de grandeza verdadeira deve avizinhar-se de 35.000 a 40.000. Nos Estados Unidos, a cifra, conhecida melhor, é bem menor: 25.000, para uma população superior a 100 milhões (265 em lugar de 165 milhões); é igualmente superior à Rússia (25.000 em 1993), para uma população equivalente. Com valor de pelo menos 20 para 100.000 habitantes, o índice de mortalidade por homicídio é duas vezes mais elevado no Brasil que nos Estados Unidos, onde verdadeiramente nunca ultrapassou o total de 10, mesmo na época de Al Capone. Se considerarmos os grandes países da América Latina, colocando de lado a Colômbia, onde a economia da droga ocupa um lugar desmesurado na atividade nacional, e onde, em consequência, a guerra dos cartéis e a luta contra o crime tomaram uma dimensão sem precedentes, o índice brasileiro é um quarto superior ao do México e o quádruplo do índice argentino. O fenômeno é sobretudo urbano; assim, no Rio, o índice foi avaliado por volta de 60, ou seja, três vezes a média nacional; em São Paulo, é de 45. A comparação com as outras grandes metrópoles do mundo industrial é preocupante. No Rio, o índice é análogo ao de Washington (70), cidade com forte predominância de negros, conhecida por sua insegurança e seus bairros perigosos. Cidades multiculturais como Nova York ou Los Angeles apresentaram em 1994 um índice de homicídios da ordem de 30, nitidamente inferior ao da Região Metropolitana de São Paulo (45 - 50, em 1995), duas vezes menor que no Rio (60); o paralelo com Buenos Aires (11 milhões de habitantes) é mais chocante ainda, pois o índice é de somente 6 em 100.000.

Com as outras grandes metrópoles do mundo desenvolvido, o contraste é mais marcante: assim, em Londres, Paris ou Tóquio, os índices não são senão de 2 a 4, logo 10 a 20 vezes menor que no Rio ou São Paulo.

Entre as cidades importantes, mas de menor tamanho, só Johannesburg e Nova Orleans apresentam uma situação mais grave com índices que atingem 100 mortes em 100.000 habitantes todo ano; no primeiro caso, trata-se efetivamente de uma herança colonial, ligada à condição da população negra; no segundo, trata-se de um caso análogo ao de uma cidade como o Rio: cidade portuária, corrupção dos dirigentes políticos, tráfico de drogas e de armas de fogo, etc.

Sobretudo, o que merece ser sublinhado é a inquietante mudança recente. Em São Paulo, única região do País em que as estatísticas das causas de morte têm grande confiabilidade, a frequência dos homicídios dolosos foi multiplicada por mais de seis entre 1975 e 1995. O crime organizado ocupa um lugar grandioso neste banho de sangue, e a

perda de controle das autoridades públicas sobre sua expansão marca a que ponto o contraste só aumenta em relação aos novos países industriais da Ásia, onde a autoridade do Estado é bem estabelecida. Na Coreia do Sul, o índice de homicídios é mais de dez vezes menor que no Brasil; no Japão, é de trinta vezes menor. O Brasil passou, bruscamente, quase sem transição, da violência tradicional ligada à terra e à honra (que encontramos ainda nas regiões mais pobres do Nordeste) à violência moderna, sofisticada, internacionalizada, que corrompe o conjunto dos circuitos econômicos. Face a esse aumento da atividade criminal, o Estado tornou-se fraco, artesanal, donde a proliferação das polícias particulares, encarregadas de assegurar a proteção das grandes empresas (bancos, seguradoras, transportes, etc.) e das classes ricas ou médias dos bairros favorecidos. A violência é antes uma violência entre pobres que, em São Paulo, por exemplo, atinge os habitantes das periferias desfavorecidas do Sul e do Leste da metrópole.

II - As Causas Possíveis dessa Explosão de Violência

As razões dessa extraordinária recrudescência da violência no Brasil são múltiplas e difíceis de discernir. É, de fato, uma constelação complexa de fatores que está em ação; nós não faremos aqui outra coisa a não ser propor um quadro analítico.

1 - Os fatores sócio-econômicos

A pobreza e a fome. Entre as camadas mais pobres da população, a subsistência é precária. "Barriga vazia não tem ouvido", diz o provérbio: numerosos crimes são cometidos por imposição da necessidade, da escassez; esse tipo de crime de sobrevivência desapareceu na Europa no século passado. A miséria impele ao roubo e à prostituição; uma cidade como Fortaleza, onde o emprego não acompanhou o desenvolvimento demográfico, está gangrenada pela prostituição infantil e pelo turismo sexual. O próprio dinheiro da prostituição alimenta os circuitos da droga e do crime.

Sob esse ponto de vista, a recessão econômica encetada em 1980 aumentou a precariedade das pessoas ocupadas no setor informal (por volta da metade da população ativa, ou seja, 30 milhões), o desemprego ou a ausência de ganho leva à tentação da ilegalidade, pois às vezes é fácil realizar ganhos astronômicos à margem da lei. Os lucros são cómodos. "Ser ladrão aqui, confiava-nos um responsável pela polícia do bairro mais pobre de São Paulo, é a mais bela profissão. Não há necessidade de levantar-se cedo, de deitar-se tarde, de se cansar em transportes públicos. Também não há necessidade de trabalhar muito. Pode-se conseguir rapidamente uma grande fortuna, comprar um carro de último tipo; não se paga imposto. Todos respeitam você, pois a população admira os "gastadores", os novos ricos, a consumação ostentatória".

O crescimento das desigualdades e sobretudo de sua percepção, causada pela popularização da televisão. A televisão valoriza objetos simbólicos e exalta o consumismo; ela leva a desejar roupas, equipamentos, carros, belas mulheres, etc., que estão frequentemente fora das possibilidades, donde uma frustração crescente, insuportável numa sociedade polarizada onde coexistem uma oligarquia riquíssima (São Paulo é a segunda cidade do mundo em jatos particulares depois de Nova York) e massas miseráveis. A sociedade brasileira é uma das mais desiguais, das mais estratificadas que existem. A mais extrema pobreza costeia a mais fabulosa riqueza; é o país dos privilégios; a recessão econômica retardou a mobilidade social e, ao mesmo tempo, privou o povo de esperança. Para muitos, o excesso de riqueza, tão visível, é uma provocação, donde a tentação ao roubo e dinheiro fácil.

A herança de inflação crônica. A hiperinflação, que, no Brasil, atingiu patamares sem precedente histórico, arruinou a confiança na moeda, fazendo cada um preferir a

consumação imediata à poupança ou ao investimento. Essa preferência por curto prazo incita ao hedonismo, à recusa da disciplina ou do esforço. É um sentimento difuso de perda de liberdade, de espoliação, na realidade de roubo, que se difunde nas mentalidades coletivas, relativizando assim o respeito aos valores do trabalho e da honestidade. A moral coletiva encontra-se anestesiada. A diminuição da perspectiva temporal dos agentes econômicos leva a viver o dia-a-dia de improviso, de maneira irresponsável. A hiperinflação só foi benéfica para alguns milhares de especuladores vorazes e para a classe média alta, suficientemente hábeis para jogar com a moeda eletrônica; em compensação ela corroeu o baixo poder de compra dos desprovidos.

2 – Os fatores institucionais

a) A carência do Estado na luta contra o crime

A prevenção

A escola. “Abrir uma escola é fechar uma prisão”, escrevia Victor Hugo. O sistema escolar brasileiro é notoriamente defeituoso e deteriorou-se desde o começo dos anos 80; a escola maternal é quase inexistente; a escola primária começa tarde demais, quando as crianças atingem a idade de sete anos, até aí ficando quase sempre entregues a si mesmas, pois a própria mãe deve ter um salário para assegurar a subsistência: a moradia e os preços dos alimentos são muito caros. O ensino público é um desastre; os professores, mal pagos, não são motivados, fazem mal seu trabalho de pedagogos; inúmeras crianças só vão à escola para comer (têm uma refeição gratuita). A escola não mais assegura a transmissão dos saberes fundamentais; não soube se adaptar ao ensino de massa; nelas só há quatro horas de aulas por dia e vinte por semana, deixando os jovens na rua o resto do tempo, em casa dos vizinhos ou na frente da tela de televisão. A droga já conseguiu se infiltrar nas escolas públicas; em São Paulo, estima-se que um quarto dos jovens de 13 a 15 anos já é parcialmente tóxico-dependente (fumo, álcool, drogas).

Somente o ensino privado escapa do naufrágio, mas seu preço é proibitivo; no Estado de São Paulo, apenas um jovem em dez frequenta a escola primária particular. O abismo acentua-se entre o particular e o público; a segregação escolar amplia a segregação social; mesmo a classe média perde a esperança de ascensão social para seus filhos. Gerações inteiras de jovens arriscam ser relegadas à subqualificação, à pobreza, na verdade, à marginalidade.

Ora, essa ruptura arrisca não somente colocar em perigo a segurança pública, mas também as perspectivas de crescimento econômico. Todos os trabalhos econométricos realizados nos campeões de crescimento (Ásia oriental) mostram que o investimento humano, em particular na formação de base, foi antes de tudo indispensável para o impulso econômico.

A saúde pública. O setor sanitário deixou de ser uma prioridade; a municipalidade de São Paulo prefere os bens imóveis, as construções públicas (pontes, viadutos) e o automóvel ao investimento social. Nos hospitais, faltam equipamentos e remédios, as filas de espera aumentam; o preço dos tratamentos torna-se exorbitante; as verbas de saúde foram amputadas, freqüentemente o dinheiro destinado à saúde é desviado por burocratas sem escrúpulos. É precisamente nos bairros mais desfavorecidos, onde as doenças infecciosas e as patologias crônicas são mais comuns, que se nota essa penúria e esse desleixo. Esse sentimento de vulnerabilidade biológica modifica a percepção do corpo e finalmente vem diminuir o apreço à vida humana, donde essa atitude de indiferença diante do sofrimento ou da morte. O recrudescimento da mortalidade adulta masculina é um sinal alarmante, que deveria incitar à prudência os que decidem

O exemplo dos países da esfera soviética, onde as verbas sociais foram amputadas a partir dos anos 60, mostrou a que ponto a condição sanitária pode regredir; na Rússia atual, a expectativa de vida dos homens é inferior à da Índia. Certas despesas não podem ser reduzidas impunemente: fazem parte dos alicerces, isto é, da estrutura sobre a qual repousa o equilíbrio de toda a sociedade; a saúde condiciona a expectativa, a produtividade, o investimento e o desenvolvimento. Será por acaso que, desde 1980, o Japão, adversário dos Estados Unidos na supremacia econômica mundial, está em primeiro lugar na expectativa de vida na escala do planeta?

A moradia. Ter um abrigo, um teto sobre a cabeça confere um sentimento de segurança, de dignidade; ora, a crise da habitação é patente. A oferta é insuficiente, as políticas de moradia inadequadas (ocupação ilegal, expulsão, resgate pela municipalidade, exorbitância de preços); o custo de ascensão à propriedade ultrapassa os recursos dos mais pobres, em particular dos migrantes nordestinos, sempre desempregados ou mendigos; quanto aos alugueis, a partir do Plano Real, atingiram um nível fora do alcance da classe pobre, e até da média. A despeito da força dos mutirões e do dinamismo da auto-construção, o número dos desabrigados cresceu e essa população flutuante, sem referência, selvagem, é ao mesmo tempo ameaçada e ameaçadora; facilmente manipulável pelos barões da droga e do crime, que a utilizam facilmente para o roubo, a prostituição ou a venda de drogas. As crianças de rua são uma presa fácil para certos indivíduos despojados de escrúpulos que, em troca de “proteção”, de um “substituto de paternidade”, as exploram em seu proveito, pervertendo-as e expondo-as à morte. É na grande periferia de São Paulo que a população é mais vulnerável, mais desprovida; é o cinturão de pobreza, povoado de novos migrantes, vindos do sertão nordestino, impelidos pela fome, semi-analfabetos, sem qualificação, perdidos numa cidade tentacular, instalados de maneira precária numa terra-sem-lei, onde os serviços públicos são deficientes ou então totalmente ausentes, mais para o abandono. Visitamos um barraco de mais ou menos 15m, em dois níveis, onde viviam 17 pessoas, dormindo no chão ou em redes, uma promiscuidade inacreditável; esse lar, que reagrupava pessoas da mesma família (irmãos com seus filhos), sobrevivia graças ao trabalho de homens assalariados ausentes, vivendo a centenas de quilômetros. Numerosos habitantes dessas favelas só sobrevivem graças à caridade popular.

Os transportes públicos. Comparado à rede parisiense, o metrô paulista é muito limitado, uma vez que o grosso da população é superior a 2/3, e a distância é duas vezes maior. Quanto aos meios de transporte, o tempo gasto é longo, a rede muito complexa; os preços muito elevados. Para o habitante da grande periferia que vai trabalhar no centro, impõem-se sacrificantes jornadas (levantar muito cedo, deitar muito tarde), e as intermináveis horas de transporte esgotam o organismo e desorganizam a vida familiar. Tal situação desencoraja o trabalho; é mais fácil sobreviver pelo trabalho informal (venda de cigarros, de armas e de outros objetos de contrabando) ou pela delinquência do que por um salário; o salário mínimo (100 reais) não permite longe disso cobrir as necessidades essenciais sequer de um indivíduo, moradia, alimentação, transporte, quanto mais de uma família.

A repressão

A polícia, a justiça, o sistema penitenciário não são respeitados. Os salários e os meios são insuficientes, donde a facilidade de corrupção do pessoal. A polícia se ocupa mais de arrombamentos, de ataques a banco ou roubos de caminhão em que os interesses financeiros são importantes do que dos atentados contra as pessoas, salvo, bem entendido, se se trata de rapto de milionários. O salário de um membro da Polícia Militar é da ordem de 600 dólares por mês, somente, para uma tarefa ingrata, despreparada e perigosa, de onde uma desmoralização que se traduz por um alto índice de suicídio e de abandono da profissão; durante seus “lazer”, muitos policiais têm uma segunda profis-

são, alguns até praticam extorsões ou são comprados por narcotraficantes; o destino da Polícia Civil não é menos diferente. A Polícia Militar é considerada violenta, facilmente posta no ridículo, não punida, pois é protegida pelos seus próprios tribunais; atribui-se a ela mais de um quarto das mortes por homicídio em São Paulo; a Polícia Civil tem uma imagem social ainda mais sombria, pois ela é invariavelmente qualificada de corrupta e desacreditada até pela Polícia Militar; se a violência e a corrupção são inegáveis, levando-se em conta as condições de trabalho e dos meios pelos quais se recrutam as forças da ordem, é preciso, entretanto, evitar qualquer generalização prematura, pois a maioria do pessoal é honesta e devotada.

A existência de quatro polícias públicas mal coordenadas, sempre rivais, cria uma confusão: Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal têm papéis, em princípio, complementares, mas na realidade mal definidos, que impedem a eficiência no local, quando, por exemplo, um tiroteio acontece.

A própria justiça é lenta, ineficaz e inacessível ao cidadão comum, por causa dos custos cobrados pelos advogados; quanto aos juizes, são mal pagos, pouco formados nas regras da contabilidade, nas astúcias da informática, nas "manhas" da criminalidade do colarinho branco; são fáceis de ser enganados e deles obter cooperação.

As prisões representam um mundo ainda mais obscuro; em São Paulo, contam-se 62.000 detentos em penitenciárias e distritos policiais de bairro; vivem em condições de promiscuidade inimagináveis (encontram-se, às vezes, até 30 detentos numa cela de 25m², onde só existem seis leitos superpostos), pouco propícias para a reeducação (muito ao contrário). As fugas são muito frequentes, em particular entre os narcotraficantes ou os criminosos mais perigosos; é fácil comprar a cumplicidade de um guarda, pois o preço da evasão representa, para ele, um ano de salário (6 000 dólares). Este fracasso do dispositivo de segurança pública propicia o sucesso das guardas particulares, mais eficazes, mais bem remuneradas, mas bem mais custosas e sobretudo reservadas às classes altas. Não há uma justiça, mas duas justicas: uma para os ricos, protegidos por seu dinheiro e escapando ao castigo, e outra para os pobres, sem advogado, marginalizados. Numerosos detentos apodrecem no fundo de sua prisão, depois de haver cumprido sua pena; eles são "esquecidos". Nessas condições, são os chefes de gangue, os justiceiros de bairro que, sozinhos, se beneficiam do prestígio e da confiança dos habitantes; são eles, e não os policiais, que são considerados como protetores legítimos, habilitados a recorrer à violência.

b) A desagregação da família

Com o êxodo da zona rural e o desaparecimento das instituições de solidariedade camponesas, a família numerosa desapareceu. Os ex-camponeses, tornados urbanos, são atirados num universo de enjetados, uma floresta de pedra; os pais e os avós, distantes, ficaram na cidade natal. A passagem para a família nuclear é brusca, e as dificuldades de subsistência levam os lares a ter uma dupla atividade; as mães estão pouco presentes em casa, quando elas não são, nas periferias, as mais pobres, abandonadas pelo companheiro. De acordo com o testemunho de numerosos assistentes sociais, não há monogamia real, a maioria das crianças vivem em famílias sem pai ou nasceram de pais diferentes; ora, a "ilegitimidade" destrói o liame social. É nas famílias destruídas que se recruta a imensa maioria das crianças de rua e os delinquentes; os testemunhos dos policiais do Rio e São Paulo convergem: os vadios e os vagabundos que eles prendem são saídos de famílias dissociadas, onde o pai é ausente, violento, desempregado ou alcoólatra e onde a mãe é massacrada pelo duplo fardo do trabalho assalariado e da atividade doméstica, sem nunca estar presente no lar familiar. O que mais falta a essas crianças não é tanto o bem-estar material, mas o conforto afetivo: além da falta de presença e de diálogo com os pais, elas são abandonadas ao acaso da rua e ao espetáculo da televisão. As

pesquisas criminológicas existentes nos Estados Unidos confirmam essa constatação: a delinquência, o desvio sexual (grosserias precoces), a toxicomania e o crime estão fortemente correlacionados com a desintegração da família.

c) A omissão da Igreja católica

Até pouco tempo, bastante forte nos meios rurais, a Igreja católica está agora dividida, enfraquecida, distanciada do povo; o vazio que ela deixou foi ocupado por seitas cada vez mais numerosas, poderosas e ricas; aos antigos católicos desgarrados, sem referência, mal integrados na vida urbana, elas prometem a saúde e o paraíso, elas oferecem uma mensagem de sonho e de misticismo, sempre fazendo temer os castigos do apocalipse. Com o desaparecimento do regime militar, a Igreja perdeu sua função de defesa dos oprimidos e se enroscou em conflitos internos (planificação familiar, poder) que arruinaram sua credibilidade.

3 – Os fatores culturais

O Brasil é o lugar dos paradoxos, onde encontramos o choque de duas culturas. A do primeiro mundo, da Europa rica e branca: a do terceiro-mundo pobre e negra; existe a mestiçagem, e a separação entre brancos e negros não é a mesma que existe nos Estados Unidos, mas existem dois universos completamente diferentes e socialmente pouco misturados. O relacionamento sexual não exclui a ruptura social, nem a discriminação em matéria de casamento, de emprego ou de moradia. A sociedade brasileira é feita de uma curiosa mistura de latinidade e de negritude, onde os contrastes, o racismo social não tardam em se revelar atrás da simplicidade, da jovialidade, da cordialidade. Para escapar da condição negra, é preciso ser rico, e isso se torna incessantemente mais difícil tantas são as barreiras entre os dois mundos, as quais tendem a aumentar, pois as diferenças de nível de vida e de mentalidade são profundas. Nas prisões ou nos necrotérios, a população é em grande maioria negra ou mestiça; nas universidades, ela é 95% branca. Há um Brasil, minoritário (por volta de 1/6 da população) que vive à europeia, sem passar necessidade, num mundo de direito; e um Brasil majoritário, que vive à africana, na angústia permanente da sobrevivência no dia-a-dia, num universo desprezado. É no seio desse universo que a violência é mais intensa. Como nos Estados Unidos, ela é antes de tudo intra-étnica e diz respeito principalmente à minoridade negra. Além dessa discriminação racial, há também, no caso brasileiro, o choque da cultura rural feudal entre os migrantes com a cultura urbana individualista.

4 – A demografia urbana

O aumento da natalidade dos anos 50-70, ligado à queda da mortalidade infantil-juvenil, traduziu-se, a partir do período de 1970-1975, no aumento de classes numerosas nas idades adultas e numa competição feroz pelo emprego e habitação. Durante o período de 1950 a 1970, a América Latina tinha o crescimento demográfico mais rápido do mundo. Essa onda de nascimentos chega hoje às idades da adolescência e da maior violência; ela luta por sua sobrevivência; ela procura arranjar um lugar na sociedade e abandona os campos para se arrojar em direção das grandes metrópoles urbanas. O caso da região metropolitana de São Paulo é um dos mais espetaculares da história urbana: em 1895, a população era apenas de 200.000 habitantes; um século mais tarde, em 1995, ela chega a 16 milhões; entre 1970 e 1995, o número de habitantes passou de 8 para 16 milhões; mesmo se, no curso dos anos 1980, o saldo migratório tornou-se negativo, o número de emigrantes prevalece sobre o número de imigrantes (desindustrialização, controle das entradas, especulação imobiliária), os fluxos permanecem importantes; além

disso, a juventude da pirâmide das idades e a forte fecundidade nas periferias asseguram um avanço demográfico contínuo; em muitos bairros da periferia, o índice de crescimento da população ultrapassa 4% por ano; ora, é precisamente nessas zonas que o número de homicídios é mais elevado. É efetivamente nessas zonas de migração, onde as populações, sem raízes, experimentam grandes dificuldades para encontrar trabalho e uma casa para morar, que a polícia tem mais dificuldades em controlar o aumento da toxicomania e do crime; voltando-se mais para as finanças e para os serviços de maior valor acrescido à tecnologia de ponta, São Paulo viu aumentar a exclusão das camadas menos qualificadas.

5 – A empresa midiática?

Depois do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, as mídias, em particular a televisão, tornaram-se um quarto poder. Não se poderia negar que a televisão, de ora em diante onipresente, modela os espíritos, sobretudo num país onde a escola é fraca, e onde as crianças passam a maior parte de seu tempo livre diante da telinha. Ora, todo dia, a televisão enaltece o dinheiro e a violência; os matadores são apresentados como os heróis dos tempos modernos; há um monopólio dos produtores e uma ausência de controle dos consumidores, submetidos a uma precipitação de imagens sanguinárias; a midiocracia banaliza a violência. Se bem que o papel da televisão seja ambíguo (catarse), os policiais experientes e os da luta anti-terrorista concordam em dizer o quanto os personagens dos filmes ou das novelas têm de influência no comportamento dos adolescentes; numerosos dentre eles criticam a ditadura do IBOPE (índice de audiência) e seus efeitos desastrosos no diálogo familiar. No imaginário, o herói do “western” substitui a figura do pai, que está cada vez mais e sempre ausente; a pesquisa desenfreada do sensacionalismo faz perder o senso da moderação, até da própria moral, isto é, do respeito pelo próximo.

6 – A Globalização

O processo de mundialização das economias tende a abolir a noção de fronteira; dos dois lados do Atlântico, criam-se grandes mercados (União Européia, Alena, Mercosul) e fala-se em supressão das fronteiras “interiores”. Ora, um país como o Brasil tem fronteiras comuns com dez países, tem dezenas de milhares de quilômetros para proteger. Tal situação facilita a proliferação das atividades ilegais e do crime organizado (roubo de carros, narcotráfico, jogo, etc.). Desde o fim da ditadura militar à queda do comunismo, a ligação entre essas diversas formas de crime reforçou-se: milhares de homens saídos das forças da ordem, habituados à disciplina e ao manejo das armas, tiveram que voltar à vida civil, freqüentemente em organizações criminais com importantes ramificações internacionais; enormes estoques de armas, cada vez mais sofisticadas, foram colocadas no mercado, donde uma queda nos preços que as tornaram acessíveis em maior número.

Paralelamente, a partir de meados dos anos 80, o narcotráfico assumiu uma amplitude dramática na região andina (Bolívia, Peru, Colômbia), e o próprio Brasil se tornou um novo gigante da droga. Não é só um país de trânsito da cocaína vinda dos países vizinhos e exportada para a Europa e os Estados Unidos, mas também um lugar de produção. É essencialmente a mola do narcotráfico, no fundo da crise sócio-econômica, que explica a multiplicação das brigas, dos assassinatos, das vendetas sanguinolentas entre gangues e traficantes. Um círculo vicioso se põe em prática. Roubam-se automóveis (revendidos em peças desmanchadas), atacam-se bancos para conseguir alguns quilos de cocaína, assume-se o controle de bairros inteiros para transformá-los em mercados de consumo de droga; tal comércio é muito lucrativo, mas profundamente devastador, pois engendra um clima de guerra civil: rivalidade entre os barões da droga, fuzilamentos

entre seus matadores profissionais, incursões mortíferas da polícia militar, acertos de contas entre policiais incorruptíveis e policiais corruptos, vendetas familiares, etc.

Se a guerra dos cartéis ainda não tomou a dimensão trágica existente na Colômbia, numerosos entretanto são aqueles que temem uma “colonização” do Brasil (apodrecimento do Estado, corrupção generalizada, desregramento da economia, perda da credibilidade internacional); a conjuntura colombiana reflete-se na situação no Brasil: a vigilância do narcotráfico impele as redes de exportadores bolivianos se voltarem para o Brasil, a luta contra o cartel de Medellín incitou, desde 1993, o cartel de Cali a reforçar sua implantação no espaço brasileiro, sempre com a cumplicidade de membros do Congresso que oferecem sua proteção aos traficantes. Desde a morte de Pablo Escobar, o cartel de Cali assumiu o controle do mercado mundial da cocaína; inundando o mercado, ele fez com que caíssem os preços, saltasse o número de consumidores e sobretudo facilitasse a invasão de seu derivado mais perigoso, o “crack”.

Numa cidade como Fortaleza, onde a cocaína está pouco presente, onde a qualidade da administração pública é relativamente boa, e onde o “crack” está ainda ausente, a freqüência do homicídio permanece fraca, e os homicídios estão quase sempre ligados às circunstâncias banais: desordem depois de bebedeira, violências privadas; a maioria das vítimas são mortas a facada e não com arma de fogo. O crime permanece individual, artesanal.

Nas grandes metrópoles como Rio e São Paulo, ao contrário, a droga engendrou proveitos imensos e mergulhou centenas de milhares de jovens na toxicod dependência e no crime; a cocaína provoca a perda da noção de espaço, de tempo, de distância, e cria alucinações visuais; mais perigoso ainda, o “crack” arrasta para uma dependência imediata e cria um sentimento de perseguição gerador de impulsos agressivos incontrolláveis. Entre os toxicômanos, a necessidade de conseguir pedras de “crack” impele ao roubo, à violência, ao endividamento, até à prostituição e, em certos casos, até à morte pela AIDS; coloca os doentes num círculo vicioso de total despersonalização. O jovem delinqüente ou “menino de rua” vende pedras de “crack” nos cruzamentos, embolsa o dinheiro e o leva a seu patrão, mas, se ele se recusar a entregar o produto de sua venda ou se ele endividar-se porque ele mesmo se tornou consumidor, corre o risco de ser morto.

Em qualquer hipótese, o consumo de “crack” termina muito rapidamente por arrastar os doentes à morte; ele destrói a saúde atacando o funcionamento do sistema nervoso central (desregulamento das funções cardíacas, digestivas, etc.); a desintoxicação é difícil e raríssima: muitos morrem no fim de apenas dois anos. Antes de serem aspirados ou fumados como hoje, a cocaína e o “crack” eram injetados por via intravenosa, as seringas eram contaminadas passando de um braço para outro; ora, a cartografia da mortalidade pela AIDS (6 433 vítimas, em 1993, no Estado de São Paulo) mostra que as mortes se concentram ao longo da rota da droga. A AIDS representa 3% dos óbitos (em lugar de 1% na França). O risco ligado à explosão do “crack” é tal que, nas favelas, numerosos “líderes naturais” expulsam os pequenos traficantes do bairro, e numerosos barões da droga, em pessoa, notadamente no Rio, eliminam os pequenos passadores, tomam conta de perto do comportamento de suas tropas; conhecemos os estragos que a droga exerceu no exército americano no Vietnã e no exército soviético no Afeganistão.

São Paulo é a mais visada pela droga; segundo um dos responsáveis pelo grupo de combate aos entorpecentes, o número de consumidores de “crack” se elevaria a 150.000; se tal avaliação for exata, há urgência de soluções, pois essas pessoas estão, a curto prazo, condenadas à morte. A situação tornou-se a tal ponto perigosa que, no extremo sul da região metropolitana, onde o desemprego e a miséria são mais profundos, segundo um responsável pela polícia local, a droga seria a origem de duas mortes em três; a maioria das vítimas são abatidas com armas de fogo. A visita ao Instituto Médico Legal mostra que tais pessoas morreram depois de uma perfuração do tórax por bala de calibre 38 (que

corresponde à arma mais comum da polícia e dos vadios) provocando uma hemorragia maciça. No Rio, também, a predominância dos óbitos por arma de fogo (3/4 aproximadamente) revela a importância do crime organizado.

III – Recomendações políticas

O aumento da violência reflete, primeiramente, a crise do Estado; está somente onde existe a decomposição do Estado-nação, representante do bem comum, depositário legítimo do direito à força em nome do respeito à lei, como na Itália, na Rússia, na Colômbia, em Uganda ou no Zaire, onde as máfias tomam o poder e arruinam a credibilidade política das nações. É também nesses países que a situação econômica se deteriora e que as moedas são fracas; em compensação, nos países onde reina uma forte disciplina coletiva, como na Alemanha, na Suíça, ou no Japão, o homicídio é raro, a prosperidade bem estabelecida e a moeda forte; não há necessidade de remunerar o capital com taxas de juros nocivas para atrair ou impedi-lo de fugir. A violência se inscreve logo num clima psicológico coletivo cujo significado e preço são pesados: a instabilidade e a desconfiança se pagam caro, em dinheiro e em vidas humanas e ainda mais agora que os capitais estrangeiros nunca foram tão voláteis quanto hoje.

Importa restabelecer a segurança pública, notadamente nas favelas e nos bairros, restaurando o funcionamento das instituições públicas, como a escola, os hospitais, a polícia, as prisões, os transportes coletivos, etc.

Aí estão, com efeito, os pilares do liame social, que dão ao indivíduo o sentimento de ser respeitado, de pertencer a uma coletividade estruturada, organizada, civilizada; os três quartos da delinquência estão na ruptura escolar; a própria família como célula-base da sociedade deve ser reconhecida por medidas fiscais apropriadas. Quanto à escola, à sua vocação de transmissão das aquisições fundamentais (leitura, escrita, cálculo), ela deve juntar a aprendizagem do civismo, da laicidade e da tolerância; ela deve também oferecer formações qualificadas, notadamente manuais (múltiplas necessidades de trabalhadores manuais não são satisfeitas). Num país novo, a aprendizagem da cidadania é mais delicada que nas montanhas suíças, onde gerações se sucederam durante mais de um milênio, nos mesmos vales, com códigos de conduta bem regrados, definidos pela experiência e tradição; mas o senso cívico, o respeito a si mesmo e aos outros, até o orgulho nacional podem depressa entrar nos costumes, desde que as elites dirigentes tenham a vontade política e façam respeitar a Constituição, a lei e os regulamentos; casos tão diferentes quanto os do Canadá e de Hong Kong são a prova viva disso.

Ser cidadão é ter o senso do respeito a si mesmo e aos outros, é também o sentimento de pertencer a uma comunidade que se dotou, livremente e democraticamente, de direitos e de deveres iguais para todos, ricos ou pobres, brancos ou pretos, jovens ou menos jovens. Os responsáveis políticos devem legar aos jovens outras perspectivas que não sejam o desemprego ou a AIDS; fazer pagar o peso da recessão econômica às novas gerações como é o caso na França ou nos países mediterrâneos, pela recusa de tocar nas "vantagens adquiridas ou nos interesses corporativistas (aposentadoria, segurança no emprego, garantia de salário) etc", não pode levar a termo, senão numa perda de flexibilidade ou de competitividade, ou num "rompimento" ou numa explosão social. Como todo qualificativo, como "subúrbio" na Europa, a palavra "favela" ou periferia, no Brasil, é mal recebida e sinônimo de marginalidade; é precisamente nesses territórios da exclusão social que a violência floresce. Ela, no entanto, não é uma fatalidade. Há todo um punhado de medidas desejáveis para suspender sua progressão; algumas imediatas, outras a mais longo termo; algumas são custosas, outras não são. Cabe aos que decidem escolhê-las e adaptá-las às circunstâncias locais; antes de levantar um quadro analítico-sistemático, utilizável em escala nacional, contentemo-nos de lembrar certas receitas simples, que já provaram algo: 1) A identificação, pelo Ministério do Interior ou pelos responsáveis

por cada Estado e por cada município, dos "bairros de alto risco", das "zonas perigosas". 2) O equipamento desses bairros em infra-estruturas de segurança: asfalto, instalação de telefones públicos e de unidades de cuidados médicos de urgência (ambulâncias, enfermeiras, farmácias ligadas aos serviços de traumatologia hospitalares, etc.).

1 – A criação de um CSA (Conselho Superior de Audiovisual)

A televisão exerce uma influência enorme na formação das mentalidades. Ora, ela está longe de desempenhar o papel educativo que se poderia esperar dela, salvo entre os cidadãos já mais bem formados, que dela fazem um uso seletivo e racional; certamente, ela tem a imensa virtude de unificar o território veiculando a mesma língua, a mesma mensagem, as mesmas imagens sobre o conjunto do espaço nacional. Mas tem o defeito de impor aos mais vulneráveis, muito freqüentemente nas horas de maior audiência, uma lista fascinante mas sangrenta; certos sociólogos chegam até a falar de "telemassacre" quotidiano; o fato não tem nada de específico no Brasil, é quase universal. O estudo do conteúdo dos programas televisivos num país como a França (onde as imagens são por isso menos sangrentas que nos Estados Unidos) mostra que o telespectador vê vinte vezes mais "gangsters" que crianças; mesmo filmes cômicos estão cheios de atos de violência; não é certo que o espetáculo da violência sirva para liberar agressividade; as pesquisas criminológicas e a experiência dos policiais conduzem antes a pensar o contrário.

O conteúdo dos manuais escolares é conhecido, debatido, controlado e "educativo". Por que o das transmissões de televisão escaparia à definição de certas normas, a um certo controle de qualidade? A televisão tem mais influência relativa no Brasil do que nos países avançados onde a escola é precoce e generalizada. Em nome de quais princípios um punhado de produtores de imagens pode impor suas normas na intimidade quotidiana de dezenas de milhões de lares? Por que haveria um monopólio dos produtores em relação à nação consumidora? O equilíbrio deve ser restabelecido entre os interesses dos produtores (vender sensacional: sangue, sexo, sonho) e os dos consumidores (divertir-se e instruir-se); no estado atual das coisas, os consumidores são passivos, sua voz não existe; trata-se, pois, de defender seus direitos enquanto cidadãos, para isso criando um corpo especial, uma manifestação da sociedade civil, independente do poder político, onde se reuniriam representantes de todas as ideologias, religiões, classes, raças, etc. Uma atenção especial deveria ser dada aos jovens pais, em particular às mães, que têm o encargo da educação das futuras gerações. Esse órgão teria uma vocação consultiva, mas também uma autoridade moral e uma visão de mídia suficiente para exercer um contrapeso em face do poder dos anunciantes e dos produtores. Seria, pois, uma instância democrática permitindo ao quarto poder funcionar segundo as regras de respeito aos cidadãos, à sua liberdade de escolha cultural, à sua igualdade de consumidor em face de todo o poder dos mestres da tela. Nas condições atuais, forçado é reconhecer que, por falta de organização da opinião pública, há uma ditadura de fato sobre as mentes, a de um punhado de homens que controlam as grandes cadeias de televisão; tal desequilíbrio dos poderes é pouco compatível com a emergência de uma democracia pluralista, pela importância que ocupam as imagens da violência, geradoras do medo, da insegurança, da perda de confiança.

2 – A reabilitação do Estado-nação

O Estado moderno, herdado da civilização greco-romana é, na sua forma atual, de origem medieval. É a época em que na Inglaterra, como na França, os príncipes impunham regras de funcionamento sobre o conjunto dos territórios sobre os quais

tenham poder. Os soberanos impunham corpos intermediários especializados (tribunais, polícia) para dirimir os litígios entre os indivíduos, as famílias, os vilarejos e os grupos. A Justiça passou assim pouco a pouco da célula-base, como a família ou o vilarejo, a uma autoridade superior, centralizada, que encarna o Estado, isto é, a coletividade no seu conjunto. A transferência da legitimidade, no exercício da força, isto é, do direito de represálias, acompanhou-se de um recuo progressivo das mortes e das vinganças tradicionais. Para encontrar, na história inglesa, um índice de homicídios comparável ao do Brasil atual, é preciso remontar à Idade Média. A comparação é pouco lisonjeira, mas ilustra até que ponto o clientelismo, o espírito mafioso, a exploração da autoridade entre os senhores da droga criou o caos e minou os fundamentos do contrato social no Brasil; o reino das máfias constitui uma regressão, um retorno ao estado feudal e a própria negação da democracia, fundada sobre a igualdade de fato dos cidadãos diante da vida.

A imagem do Estado deve ser mudada; o Estado não é o polvo descrito por certos neoliberais; as economias mais competitivas, preparadas para assumir a revolução tecnológica do século XXI, são as de países onde existem uma forte coesão e uma boa administração pública das necessidades essenciais; não serve para nada ter computadores de última geração se os problemas de base não forem resolvidos; a alta tecnologia não se implanta com sucesso onde preventivamente não são resolvidos os problemas de instrução, de saúde e de ordem pública. Um Estado parcial é um Estado injusto; entre o Estado minimal e o Estado tentacular despótico das sociedades comunistas, existe um caminho intermediário, o do Estado optimal, já definido por Locke há três séculos.

O liberalismo não corresponde completamente à caricatura que foi feita por certos pretensos pensadores neoliberais, que preconizam, em realidade, atrás das privatizações desacreditadas de bens públicos, um desmantelamento mesmo da estrutura de uma nação moderna. O que caracteriza o liberalismo é a distinção entre a esfera do Estado e a da sociedade civil. O Estado é o garantidor da ordem e do bem público. A liberdade existe fora do Estado, mas ela não se mantém sem ele; só o Estado tem vocação de se ocupar do interesse geral; Adam Smith, fundador da economia política, não dizia outra coisa em "A Riqueza das Nações" (1776). As trocas entre interesses privados não podem ser reguladas no senso do bem comum e da nação senão graças à arbitragem do Estado, depositário do interesse público. A Nação não é essa república de proprietários que certos extremistas liberais pensam em restaurar; ela é fundada sobre a noção de cidadania, logo de igualdade dos direitos no acesso aos bens públicos essenciais (instrução, saúde, segurança, habitação, transporte, etc.).

A noção de propriedade está primeiramente ligada ao próprio homem antes de estar ligada aos bens materiais; o homem passa antes das coisas. Locke, arauto fundador do liberalismo, inventor de uma teoria da propriedade privada que remonta a 1690, diz, sobre esse plano, sem nenhuma ambigüidade: "O homem é proprietário de sua pessoa, do que faz, do trabalho que executa", donde a necessidade de um Estado para preservar as pessoas, sua vida, sua saúde, o fruto de seu trabalho. O Estado está ali para garantir o contrato social e reprimir o roubo; é ele que serve de árbitro entre os interesses particulares. Mas a intervenção do Estado central deve se limitar ao mínimo exigido para a gestão dos negócios comuns; cometer crimes ou delitos é infringir as leis que correspondem à livre disposição para cada um de si mesmo e de seus bens.

Tal retorno à concepção original do Estado moderno supõe que seja restaurada a credibilidade dos pilares da república: a estatística, a polícia, a justiça, a escola, os órgãos de saúde pública, o sistema dos transportes coletivos, etc.

A estatística

De origem alemã, o conceito de estatística contém a palavra *staat* (Estado); e informação estatística é um meio de esclarecer o processo de decisão segundo as linhas dos grandes precursores da aritmética política (Gregory King, Arthur Young, Condorcet, Quetelet, etc.). É da reflexão desses pensadores que saíram os princípios de contabilidade pública e de política geral; as constituições da Inglaterra e da França serviram de modelo para o resto do planeta. A estatística não é mais que um desconto fastidioso, ela é antes de tudo uma ferramenta de avaliação e de ajuda na decisão. Em matéria de criminalidade, é graças a ela que se pode identificar as zonas de risco, as categorias de pessoas ameaçadas ou ameaçadoras e então saber hierarquizar as urgências e instalar os dispositivos de vigilância policial. A manutenção de zonas perigosas escapando de qualquer controle do Estado, onde o crime e a extorsão se efetuam com toda a impunidade, é prejudicial ao respeito pela coisa pública. Órgãos tão preciosos como o IBGE ou o SEADE, que fornecem aos que decidem os indicadores de que eles têm necessidade para orientar suas escolhas, devem certamente ser reestruturados para melhorar a eficiência e a utilidade, mas não a preço de cortes injustos em matéria de pessoal e de meios, que colocariam em perigo sua produtividade. É sobre a solidez do conhecimento que se apóia a qualidade das escolhas dos dirigentes. O que é que pode fazer um navegador sem bússola?

A polícia

A polícia brasileira tem má fama; ela é desacreditada. Em todas as camadas da sociedade, compreendendo as próprias forças policiais, repetiram para nós que a Polícia Civil era corrupta e que a Polícia Militar era violenta. Certamente, trata-se de uma generalização abrupta e é bom levar em conta o clima de trabalho, da frustração profissional, da insuficiência dos salários em relação às necessidades de uma família, além de que a corrupção, como a violência, só dizem respeito a uma fração, excessiva sem dúvida, verdadeiramente minoritária, desses corpos de profissionais. Todavia, o mal existe, inegavelmente, e ele tem um efeito desastroso na imagem das forças da ordem na opinião pública. Tais defeitos se explicam por razões históricas e econômicas objetivas, que são difíceis de apagar a curto prazo.

O desvio de alguns, mesmo que seja numeroso, não deve refletir a imagem de um todo na profissão. No curso de nossas peregrinações, em cidades bem diferentes de São Paulo, Rio, Fortaleza, Belo Horizonte, encontramos, no seio das delegacias de bairro e das prisões, homens notáveis, desinteressados, devotados à coisa pública, com um senso agudo de seu dever de proteção à sociedade, até ao ponto de sacrifício de sua própria vida. Ora, fomos testemunhas do desconforto, da insegurança, da penúria, da extrema precariedade das condições nas quais eles trabalham. Onde o recrutamento e a formação psicológica da polícia são mais bem assegurados, como em Belo Horizonte, por exemplo, a violência é menos freqüente. É a própria imagem da polícia que deve ser mudada na sua natureza profunda; ela não deve mais ser tida como parasita, mas como uma instância intermediária, republicana, entre os habitantes da cidade, defendendo os fracos dos fortes, as pessoas honestas dos marginais.

Através de campanhas de comunicação, mas também por um esforço de revalorização das qualificações, é urgente restaurar a imagem da função do policial, mostrando uma polícia cidadã trabalhando a serviço do bem público. Uma informação objetiva pode ser produzida nas grandes mídias, sobretudo na televisão, certamente denunciando os abusos, sempre espetaculares, sensacionais, da polícia, mas apresentando também sua face oculta, mais discreta e pouco conhecida, com o devotamento extremo de dezenas de milhares de trabalhadores ocultos cujo papel é insubstituível para impedir uma "colom-

bização" da sociedade brasileira. Que fique bem entendido que a revalorização da profissão não pode ser encarada a termo, sem uma acomodação das respectivas carreiras, logo das competências e dos salários relativos aos corpos de polícia. É também porque ela se sente rejeitada, desprezada, pouco instruída, que a polícia se sente pouco segura de si mesma e que adota comportamentos de desconfiança e de provocação. Esse mal-estar deve ser atenuado.

É um clima completamente novo que se deve promover, de maneira a instaurar um diálogo entre os representantes das forças públicas e os habitantes das favelas, que são as principais vítimas da violência quotidiana. No amadurecimento das conversas com as diferentes partes interessadas, pudemos medir até que ponto o grau de incompreensão e, finalmente, de ignorância sobre o "outro" era profundo. Assim, assistentes sociais, ligados à Igreja Católica, na Zona Sul de São Paulo, um dos lugares mais desprotegidos da cidade, nos contaram a que ponto, a seus olhos, a polícia era "perigosa"; fizemos com que observassem que seus argumentos não poderiam ser negados, mas que era desejável não se manter nessa postura, pois é precisamente essa atividade de hostilidade declarada que provoca o ódio e termina por desembocar numa confrontação na qual a comunidade que eles devem supostamente proteger só pode perder no momento de ocorrência de episódios sangrentos. É, com efeito, um ambiente de guerra civil, entre gangues e entre os habitantes e seus mandantes de um lado e a polícia, do outro, que reina nas favelas. Um clima como esse só pode suscitar a violência de cada um, e todos só podem perder. O medo gera a violência; o diálogo a reduz. A palavra, a negociação, a diplomacia sempre foram substitutos para o uso da força. A ideia de uma "polícia cidadã" respeitável e respeitada, bem integrada nos bairros, trabalhando a serviço das comunidades locais, deve ser considerada. As carências funcionais e organizacionais da polícia pública levam a uma proliferação das guardas privadas paralelas; em São Paulo, existem três vezes mais vigias particulares (bancos, seguranças, imóveis, particulares, etc.) que policiais civis e militares; ora, essa "polícia" privada, muito cara, só serve a uma minoria da população. Há, pois, um sistema dual de segurança contrário à equidade e ao espírito republicano: de um lado encontramos "elites" que se beneficiam de uma proteção segura; de outro, a grande maioria dos habitantes, entregues a uma forte insegurança, tendo o sentimento de estar abandonados a si mesmos ou, mais exatamente, submissos à ordem impiedosa dos barões da droga ou dos grandes vadios locais (passividade, respeito às hierarquias estabelecidas, lei do silêncio).

Uma coordenação e, a termo, uma interação das polícias civil e militar deveria ser considerada. A guerra entre as polícias atuais é nefasta; ela é prejudicial a todos. Uma tal reforma pode parecer utópica, levando em consideração as resistências corporativistas, mas o início de coordenação das instâncias dirigentes e seus resultados promissores num caso como o de Fortaleza indica o caminho a seguir. Na luta contra o crime organizado, a reforma das polícias ofereceria muitas vantagens: 1) a redução dos custos; 2) a melhora da eficiência; 3) uma modificação do recrutamento e da formação (uma certa dose de recrutamento dos meios mafiosos não pode ser evitada, para facilitar e infiltração, mas tem que ser utilizada com prudência).

O exemplo italiano e o "pool" antimáfia

A neutralização das máfias deveria inspirar-se no exemplo italiano. O "pool" antimáfia foi criado em 1983. A luta entre os órgãos do Estado e a máfia siciliana há muito tempo era desigual: assassinato do General Della Chiesa, atentado contra uma igreja, no coração de Roma, explosivos plásticos na Galeria des Offices em Florença, enfim, assassinato do Juiz Falcone (1992), tornado inimigo número 1 da Cosa Nostra. Foi o assassinato desse último, tornado figura popular na mídia e emblemática, que fez balançar a

opinião pública contra "a honrável società", isso até na Sicília; a população estava cansada de ser agredida, de sofrer extorsão e de viver constantemente no medo e sob ameaça. Esse choque psicológico determinou uma mobilização e lançou a famosa operação "Mãos Limpas" ("mani pulite"): limpeza da polícia e da classe política de seus elementos suspeitos e corruptos. Não somente Toto Riina, o "Capo dei Capii", o chefe supremo da cúpula, o conjunto dos co-proprietários do crime organizado, foi preso depois de dois decênios de reino sem partilha sobre a máfia, mas também Giulio Andreotti, símbolo de meio século de poder corrompido, de conluio da democracia cristã com a máfia (em troca de votos nas eleições), foi desmascarado. Se, desde 1983, o organograma da Cosa Nostra tinha sido desmascarado pelo juiz Falcone, somente os subchefes (subordinados) foram presos, mas a lei do silêncio (omertà) foi pouco a pouco quebrada por "arrepentidos". A empreitada de desmantelamento das grandes organizações mafiosas (Cosa Nostra, na Sicília, Cosa Nuova, na Calábria, Camorra, em Nápoles, etc.) é perigosa e extremamente difícil. A cifra de negócios acumulada dessas máfias era avaliada em US\$ 20 bilhões em 1994; é a segunda cifra de negócios, atrás apenas da célebre companhia Fiat. Se 4 000 mafiosos estão atrás das grades, restam aproximadamente 20 000 em liberdade. Sobretudo, os diversos membros das máfias dispõem de cúmplices, de simpatizantes, de correspondentes, de colaboradores mais ou menos dez vezes mais numerosos que os "soldados" (aqueles que fizeram juramento).

Se admitirmos que o equivalente da mão-de-obra ocupada nessas atividades criminais é da ordem de 100 000 pessoas, então a renda anual (ilícita) por pessoa sobe a US\$ 200.000; compreende-se a resistência feroz da organização secreta; todavia, a sociedade italiana parece prestes a pagar o preço. Sabe-se que metade dos homicídios são imputados à máfia. A queda do comunismo, contra o qual a Cosa Nostra se apresentava como barreira há muito tempo, tira a legitimidade à "onorata società", mas, ao mesmo tempo, ela permitiu à máfia diversificar suas atividades tradicionais (extorsão, droga, imóveis, tráfico de cigarros ou de droga, arrombamentos, jogos clandestinos, etc.), orientando-se em direção ao tráfico de armas vindas da ex-Iugoslávia ou da ex-URSS ou para a venda de materiais nucleares (ligação com as máfias russas).

A guerra não está ganha, mas os vagabundos perderam sua popularidade. Muito resta para fazer, em particular em matéria de informação; é preciso saber reconstruir a rede internacional das máfias; as máfias são por essência multinacionais; não foi, com efeito, que só depois do desmantelamento da conexão francesa que a droga, abandonada pelos marseheses, passou pouco a pouco para o controle das clãs sicilianas; bilhões de dólares estavam em jogo. Qual foi o efeito da sacudida que abalou as máfias italianas nas máfias brasileiras? Quais são suas ligações? Que transferência de atividade pôde ser feita? Quais são as ligações com outros circuitos internacionais do crime e da lavagem de dinheiro? Quantas questões para elucidar! E, em parte, a cabeça dos dispositivos que é necessário identificar; os grandes organizadores são colarinhos brancos "respeitáveis", invisíveis, notadamente no Rio; são eles que detêm o poder econômico e corrompem a estrutura política; são eles que ordenam a eliminação dos "arquivos humanos" (a morte de criminosos suscetíveis de falar). Convém, pois, reforçar e controlar bem a atividade da brigada contra entorpecentes em colaboração com seus semelhantes estrangeiros (Estados Unidos, Itália, etc.) e internacionais (Nações Unidas); é urgente prender os chefes de cartéis e isolá-los em prisões de alta segurança.

A saúde

Convém dar de novo prioridade à saúde pública nos orçamentos civis; o caso da União Soviética, onde a parte do orçamento sanitário sofreu um retrocesso desde mea-

dos dos anos 1960 – com a tomada do poder do “lobby” militar através de Brejnev e a corrida para os armamentos -- deve servir de advertência: a União Soviética, que em 1965 tinha expectativa de vida igual à do Japão, encontra-se, trinta anos mais tarde (1995), com uma expectativa de vida inferior a mais de 15 anos (e mesmo vinte anos, para o sexo masculino).

A diminuição dos orçamentos sociais imposta pela política de rigor e pela pressão das autoridades monetárias internacionais em nome do imperativo de ajuste estrutural (controle da inflação e dos déficits públicos) não deve ser operada de maneira cega, nem sobretudo dispensar esforço de controle financeiro pelo equivalente de um Tribunal de Contas, que vela pelo controle dos créditos votados; nos tempos de austeridade orçamentária atual, o desvio, todo ano, de dezenas de bilhões de dólares em princípio destinados aos investimentos sociais fundamentais que são a saúde e a educação torna maior o crime contra o Estado. É preciso afastar os tecnocratas viciosos. Numerosos hospitais são mortuários que lembram os pátios dos milagres de antigamente. O Brasil é um país relativamente mal colocado no que concerne à expectativa de vida e sobretudo sua progressão. Ele está nitidamente distanciado dos dragões da Ásia, onde todos souberam pôr em prática estratégias de desenvolvimento fundamentadas em certas coisas antes de tudo indispensáveis, como o investimento humano (esforço de formação e de saúde pública, reforma agrária, instauração de um fisco justo e incitativo, etc).

O caso do Japão, que em 1950 tinha um PNB e uma expectativa de vida inferior aos do Brasil, é o melhor exemplo. Hoje, o Japão tem um PNB cinco vezes superior ao do Brasil e uma expectativa de vida quinze anos mais longa (79 anos em lugar de 64 anos). O desenvolvimento tem uma dimensão global, uma coerência interna; a saúde, a educação, a segurança são os componentes maiores.

No caso do Brasil, a diminuição das despesas com saúde penaliza principalmente os novos bairros mais vulneráveis, as zonas perigosas das periferias ou dos morros. São precisamente as zonas mais frágeis, onde está concentrada a maior parte dos homicídios; a precariedade das comunicações, a ausência dos serviços de urgência (ambulâncias) e de traumatologia têm efeitos desastrosos sobre a mortalidade e o equilíbrio moral de tais comunidades; essas comunidades são as primeiras vítimas dos cortes orçamentários e da falência financeira da municipalidade de São Paulo; elas se sentem abandonadas, desprezadas e podem, em consequência, tornar-se hostis, perigosas, até ser manipuladas por líderes carismáticos irresponsáveis que apelam para o ódio, a violência e a revolução; essa fase de penitência amarga não pode se eternizar, uma radicalização rasteira já se manifesta, aqui e ali, em torno de certos líderes negros. Certos cemitérios da zona sul da cidade de São Paulo parecem os cemitérios militares dos campos de batalha das grandes guerras civis européias do século XX: grande número de túmulos, às vezes a maioria mesmo, são túmulos de homens jovens mortos entre 15 e 30 anos. A maioria deles são indivíduos a quem a sociedade não ofereceu outra alternativa a não ser o emprego informal (a metade dos empregos totais do país), a atividade ilegal, até o crime; foram abatidos por soldados da droga, esquadrões da morte ou simples policiais; presos no círculo infernal do vício, eles eram ao mesmo tempo assassinos e vítimas. Órfãos, crianças sem pai, jogados nas ruas, analfabetos ou semi-alfabetizados, eles ignoram as regras elementares do civismo: desde a mais tenra infância, viveram num universo brutal e impiedoso, onde a estima e a hierarquia só são fundamentadas na violência e na importância adquirida no crime, impregnados de condições de extrema precariedade, física e material; não dão valor à vida, nem à sua, nem à do próximo, e sendo assim não temem a morte; sabem que no seu meio, muitos têm uma vida breve. O crime, a AIDS, a droga ou o álcool os eliminarão no crepúsculo da vida adulta.

O próprio sistema penitenciário deve ser repensado, readaptado às exigências atuais e futuras, do contrário a sociedade brasileira se arrisca a pagar um preço muito alto: o

aumento de poder do crime organizado encoraja a formação de uma nova classe criminal recrutada entre os marginais, e formada, aperfeiçoada em contato com os vagabundos profissionais nas cadeias de bairro, em seguida nas prisões públicas. Por ocasião de uma conversa, um criminoso jogou na nossa cara, de maneira brutal: “a assistência pública me deu a formação elementar, a prisão preventiva forneceu-me a formação secundária; depois de várias passagens pela prisão do Carandiru, adquiri uma formação superior, tenho desde então todos os diplomas da escola do crime; conheço meu ofício, sou respeitado”.

O rendimento econômico da formação de base em termos de crescimento econômico e de desenvolvimento está bem estabelecido e regularmente sublinhado pelo Banco Mundial na sociedade do século XXI. Os trabalhadores analfabetos ou semi-alfabetizados estarão cada vez mais defasados: a mecanização, a automação, a informatização, a mundialização os tornarão marginais e excluídos. O papel da escola é, pois, o de preparar o futuro, formando e enquadrando os futuros eleitores e cidadãos. A educação é tão-somente a transmissão dos saberes fundamentais (leitura, escrita, aptidão à abstração matemática, conhecimento das línguas internacionais, etc.) mas também a aprendizagem das regras de comportamento em sociedade, educação cívica, respeito pelas pessoas, pelas instituições e pelas leis, conhecimento dos direitos e dos deveres do cidadão, iniciação à inovação e à vida associativa e política local, etc. é também uma dimensão essencial para o reerguimento nacional. A perda de prioridade do setor do ensino a partir do início dos anos 80 não foi sem dúvida estranha à crise da sociedade e da economia brasileira. O choque da mundialização foi mais bem suportado nos países mais solidários e mais bem preparados mentalmente, graças a uma melhor adaptação herdada na qualidade da formação de base, para fazer face à desestabilização gerada por uma concorrência aumentada. De que maneira readaptar milhões de ex-camponeses, de ex-operários, de ex-empregados, se não possuem simples rudimentos de conhecimentos básicos? Ora, o ensino público brasileiro é notoriamente deficiente, mal preparado para as exigências do futuro; os professores não são reciclados; seus salários são irrisórios; eles não souberam adaptar-se à passagem do ensino de elite para o ensino de massa; sua função cívica (aprendizagem das leis, da ética e dos valores) tende a desaparecer na mesma proporção em que, mais do que nunca, ela foi necessária na crise da família, da ruptura social e do caos intelectual e moral provocado pela precipitação das mídias.

A escola deve, pois, tornar a ser uma prioridade política. A violência é mais fruto da ignorância que da pobreza. De quais referências dispõe o analfabeto em uma sociedade de sinais, de símbolos, de códigos cada vez mais complexos? De que modo um governo que prega a entrada no terceiro milênio pelo advento das novas tecnologias pode conceber este salto na modernidade sem um investimento maciço em qualificação? A sociedade do futuro exigirá uma flexibilidade, uma adaptação maior do que a do passado, o que requer uma sólida formação básica em maior número.

Uma redefinição do Estado

Duas tentações extremas devem ser evitadas: a de “todo o Estado”, que desapareceu com o comunismo, e de “não-Estado”, mais na moda, mas também pernicioso. O neoliberalismo ambiente consiste em pregar o Estado minimal, isto é, finalmente destruir o Estado considerado como um parasita, um polvo burocrático e, em consequência, dismantlar os serviços públicos básicos (educação, saúde, segurança, etc.). O caminho é sedutor, pois a queda do comunismo, fundamentado sobre a negação do setor privado, é flagrante; a regressão das sociedades passadas sob a tutela moscovita é hoje conhecida em toda a sua amplitude, e ela foi além dos cenários mais pessimistas; o retorno do criptocomunismo em muitos países da esfera soviética, depois de um período de pseudo-abertura, retardou a transição e desqualificou tais países. É, pois, um Estado optimal que se deve

refundir de maneira a permitir o equilíbrio entre a liberdade (Estado minimal) e a igualdade (Estado maximal), a preocupação da eficiência não deve sufocar o imperativo de equidade. O exame das performances econômicas comparadas dos últimos decênios é sem ambigüidade. São, nós vimos, os novos países industriais (Coreia do Sul, Taiwan) e os dragões da segunda geração (Tailândia, Indonésia) que o levam; ora, todos esses países com governo forte, com administração pública robusta, eficaz, controlando a totalidade do espaço nacional na realização de suas funções vitais: infra-estrutura (estradas, rede ferroviária, aérea postal, telecomunicações, audiovisual, rede de água, construção de esgotos, etc.), valorização do capital humano (órgãos de saúde, de segurança)

Entre nossos numerosos interlocutores, brasileiros ou brasilianistas, vindos de círculos bem diferentes, a maioria sublinhou a necessidade de sair do imobilismo, ligado ao corporativismo secular, que só dá vantagens a certos privilegiados e limita a margem de inovação para empreender reformas estruturais; é, antes, a falta (ou mais exatamente a inadequação) do Estado mais do que o excesso do Estado que estava estigmatizado; em suma, o "leitmotiv" seria "o melhor do Estado"

Um deles, brasilianista reputado, chegou até a dizer que o Brasil tinha necessidade, para deixar o terceiro mundo, de uma terapia de choque comparável à que havia suportado o Japão logo depois de sua derrota militar (1945); foi, com efeito, a ocupação americana que ditou as reformas institucionais indispensáveis à decolagem econômica: Constituição, reforma agrária, modificação do sistema de saúde, de educação, de impostos, etc. É inútil desperdiçar tempo em querelas teóricas, bizantinas, sobre a função do Estado; a experiência fala por si mesma; além do mais, a sociedade brasileira tem problemas urgentes, concretos, para resolver: o investimento social (saúde, ensino, segurança) é condição básica para o investimento econômico. Quantas vezes ouvimos, notadamente nos meios de negócios internacionais presentes de longa data no Brasil, lastimar a falta de consciência e o egoísmo das elites obcecadas por seu próprio enriquecimento, desprovidas do senso do bem público, os olhos voltados para os indicadores mensais de taxas de inflação, a balança dos pagamentos, as taxas de juros reais (que só afetam a oligarquia) e sem consideração com as preocupações da massa mergulhada na pobreza, até na miséria.

O neoliberalismo teria por consequência aprofundar a ruptura social e racial; a escola privada, a saúde privada, a segurança privada só são acessíveis a uma minúscula parcela de privilegiados, descendentes das velhas famílias estabelecidas, aristocráticas ou burguesas, "self-made men", membros das novas máfias, etc. Ele terminaria rapidamente na ruptura do pacto social e instauraria um "apartheid" de fato, uma discriminação contra os pobres e sinalizaria o fim da república; seria, tão simplesmente, um retorno à república dos proprietários que prevalecia no tempo da escravidão.

Foi no escritório do diretor da tristemente célebre prisão do Carandiru que lemos esta inscrição horrorosa, inspirada na Bíblia: "É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar na prisão."

A perda da credibilidade do Estado brasileiro é um círculo vicioso, do qual é imperativamente necessário sair, do contrário o país se precipita numa espiral infernal sem poder sair mais; a irresponsabilidade, a corrupção, a desconfiança arrasta para déficits, falências, bancarrotas, evasões de capitais que somente um reerguimento maciço de taxas de juros pode corrigir; o Brasil tem hoje as mais atrativas taxas de juros, as mais elevadas do planeta. Mas essa situação tem como efeito arruinar os bancos, superendividar as finanças públicas e em seguida conduzir a uma redução dos orçamentos sociais. Esse desinvestimento social repercute por sua vez na delinquência, na criminalidade e no clima dos negócios.

Conforme a fórmula alemã adotada logo depois da II Guerra Mundial, é uma economia social de mercado, compromisso sutil entre o Estado e as forças de mercado, que se deve criar. Esse Estado republicano tem um papel coordenador, ele é o protetor

do interesse público, o fiador dos direitos fundamentais à liberdade e à legalidade dos cidadãos. Liberdade do espírito pela igualdade de acesso à educação, liberdade do corpo pela igualdade de acesso à saúde e à segurança. É preciso, repitamos, voltar ao mesmo tempo à soberania de Locke, que, há três séculos, já definia os princípios do governo democrático por referência ao equilíbrio entre a sociedade civil (interesses privados) e o Estado (interesse superior da coletividade nacional), e aos ensinamentos de Rousseau (no controle social). Existem bens públicos que em nenhum caso poderiam ser privatizados, sob pena de romperem os termos frágeis do pacto social e engendrar uma perda total da legitimidade das instituições; o discurso, já difundido, entre certos intelectuais sobre a "violência institucional" encontraria então sua plena justificação e a ordem bárbara das máfias poderia se impor com toda tranquilidade por fraqueza do Estado e desaparecimento (excesso de fragmentação) do civismo, portanto do liame social.

3 - As reformas estruturais

A integração nacional

O Brasil é o país das miscigenações, a única nação verdadeiramente universal, onde coexistem todas as grandes civilizações do planeta, mas é também o país das desigualdades, dos extremos. As maiores fortunas ladeiam a mais horrível miséria. Essa realidade mancha a imagem do país. A nova doutrina internacional do desenvolvimento proclamada em todos os pontos culminantes mundiais (o Cairo, Copenhague, Pequim) é uma doutrina que incorpora o social. Os economistas mais eminentes do Banco Mundial tendem de ora em diante a privilegiar objetivos como o crescimento "equitativo" (isto é, com redistribuição de rendas), o desenvolvimento "humano", a capacidade de eliminar a "pobreza de massa". Um desenvolvimento tão desigual como o que a aceleração da mundialização tende a suscitar um pouco em toda parte desde o início dos anos 80, finalizará por reduzir, na verdade, destruir, a coesão da sociedade.

Os países considerados como modelos são aqueles que souberam casar a eficiência e a equidade. Foi, por exemplo, o caso da Indonésia, dos anos 80, que conseguiu pôr em prática uma política de preços e de rendas, sempre se abrindo para o exterior e apoiando-se num Estado forte - A responsabilidade das intermediações de opiniões e das associações locais.

Os intelectuais, universitários, jornalistas e pesquisadores não estão suficientemente implicados no estudo do ambiente; seus conhecimentos sobre o mundo do crime são parciais e sempre parciais, donde surgem preconceitos perigosos, que nutrem a suspeita com respeito aos representantes do Estado (policiais, juizes, carcereiros, etc.), que ignoram a vida quotidiana dos mesmos.

A formação de associações locais, esportivas, culturais, religiosas, etc., nas zonas de muita insegurança deve ser encorajada, pois facilita a formação do núcleo social e reduz a ociosidade dos jovens. A reunião de iniciativas comunitárias brotadas de movimentos de mulheres, de médicos, de docentes, de líderes "naturais", de jovens, de empregadores, de autoridades morais e religiosas, etc., pode constituir o equivalente dos comitês de vigilância tradicionais das civilizações clássicas; sobretudo, ela pode exercer uma dissuasão, um contrapeso eficaz em face das gangues, em particular onde a polícia não dispõe de meios suficientes.

Existe um potencial extraordinário de mobilização das comunidades de base. A demanda de descentralização/municipalização é importante, tanto em termos de redistribuição dos poderes como gestão das finanças locais. Constatamos a força desse agrupamento, perto do Rio, num local como a Baixada Fluminense, conhecido por seu nível de violência extrema. A população local reuniu-se, organizou-se, constituiu-se em grupo de

pressão, criando assim um contrapoder eficaz, simultaneamente ao mesmo tempo ao poder oficial e aos poderes paralelos (narcotraficantes).

A luta contra a toxicomania

Em numerosos países ocidentais, é hábito afirmar que o custo democrático do consumo de droga é pequeno; a morte por overdose é, com efeito, muito rara, mas é não ver senão a ponta do iceberg, pois muitas mortes em acidentes de estrada, por suicídio e sobretudo por homicídio são imputáveis à droga. A constatação da taxa de THC (tetrahydrochlorina) nas urinas das vítimas são a prova. Na França, por exemplo, entre os jovens vítimas de acidente na via pública, um quarto é consumidor de maconha; o uso da droga cria um sentimento de euforia, é uma perda de consciência da rapidez e do momento. A responsabilidade do álcool na mortalidade violenta é facilmente reconhecida, mas não a da droga; além do mais, o que importa é ter uma visão global da toxicodependência; as pesquisas levadas a efeito junto dos adolescentes mostram que os fenômenos de consumo de substâncias tóxicas são interdependentes; dito de outra maneira, são sempre as mesmas pessoas que são ao mesmo tempo fumantes, toxicômanos e alcoólatras, como se se tratasse de uma síndrome de autodestruição física. Ora, os toxicólogos sabem que a associação álcool-drogas produz perturbações graves no funcionamento do organismo humano (alucinações, dormência, modificações do ritmo cardíaco, na frequência respiratória, da digestão, etc.).

Num país como o Brasil, o balanço exato da toxicomania, ao mesmo tempo em termos de saúde pública e de desregramento da atividade econômica (ataque a bancos, roubo de carros, crimes, delinquência, corrupção, insegurança) tem que ser feito. É certamente muito elevado.

A luta contra a toxicomania supõe, portanto, uma vontade política poderosa, bem divulgada, uma pressão das mídias e da opinião pública; ações de força como na Itália e na Colômbia não se devem excluir; o próprio exército poderia desempenhar seu papel, pois há perigo na (demora que ameaça) segurança interior, e sempre com cumplicidades exteriores. São as redes criminosas que devemos dismantelar, atacando seus chefes e neutralizando seus depósitos de armas e de munições.

A revolução da informação

O armazenamento de dados, a informação, a centralização, as escutas telefônicas, a reconstituição de fluxos físicos, financeiros e bancários não se podem fazer sem um trabalho sério de inteligência estratégica (vigília, detenção, identificação, sinalização, reconstituição do organograma das redes mafiosas, etc.). Nos anos 70, foi a reorganização do BKA (Bundeskriminalamt) alemão que permitiu acabar com a onda de atentados organizados pela Fação Exército Vermelho sob a ordem de Moscou; também, na Itália atual, o poder assumido pelos juizes com o apoio da opinião pública permitiu o dismantelamento da máfia siciliana. O Brasil, sendo um lugar de trânsito (e de produção) da droga e das armas de fogo, deve igualmente reconstituir as conexões com as redes estrangeiras e as ligações com as outras máfias, notadamente os cartéis dos países vizinhos (Colômbia, Bolívia, Peru) ou mais longínquos (Itália, Estados Unidos, China, Rússia, Turquia, etc.). Desse ponto de vista, uma cooperação com os escritórios especializados da CIA, do Narcotics Intelligence Consumers Committee, da Interpol, da FNUCLAD (Service des Stupéfiants des Nations Unies) etc., deve ser prioritário. Enfim, um arquivo nacional das armas de fogo deve ser estabelecido, depois da revisão da legislação num sentido mais restritivo.

O endurecimento das legislações sobre a droga e as armas de fogo

Se as tendências recentes prosseguirem, cedo ou tarde o Brasil estará numa posição comparável à dos Estados Unidos, onde mais da metade dos lares estão armados e um "lobby" poderoso se criará em favor da autodefesa e da livre posse de armas de fogo. A National Rifle Association (NRA) é, com o "lobby" dos caminhoneiros e o Automóvel Club, um dos "lobbies" mais poderosos dos Estados Unidos; é ela que faz obstáculo ao "controle de armas" e se constitui no principal obstáculo na luta contra o crime organizado. Em certos bairros perigosos de muitas das grandes cidades, não é raro encontrar, na entrada e no recinto das escolas, jovens adolescentes de 12 a 15 anos portando armas. O regulamento brasileiro deve evitar um desvio como esse, uma vez que sua situação social (grau de desigualdade, hiperurbanização, desemprego maciço, marginalização crescente dos jovens, etc.) é potencialmente explosiva. O porte de armas deve ser estritamente proibido, e a posse mais severamente controlada. Enfim, a legislação sobre a toxicomania precisa ser revista; não se pode punir do mesmo modo a vítima (consumidor) e o assassino (revendedor, traficantes); a hierarquia das penas deve ser reconsiderada, o Código Penal deve ser revisado, em função da profissionalização do crime, notadamente no subproletariado urbano.

A cooperação das polícias

À globalização (mundialização) do crime deve corresponder a globalização da luta contra o crime.

O crime organizado entrou na era da "alta tecnologia" (telefones celulares, armas automáticas); é a vez de a polícia aduaneira e os serviços de informações fazerem o mesmo; as ligações com as polícias dos países andinos (Colômbia, Peru, Bolívia) devem ser estimuladas e destacadas para harmonizar ações, trocar informações, mas é sobretudo a cooperação com os Estados Unidos que deve ser ativada, a despeito da má vontade evidente de certos líderes brasileiros que são hostis, por serem corruptos, a operações tais como a escuta telefônica para localização da droga ou dos aeroportos clandestinos na Amazônia. Desse ponto de vista, uma vez que a violência tomou a dimensão de uma guerra civil latente, de uma "Ersatzkrieg", nada proíbe que se peça apoio do exército para entrar na guerra contra a droga (neutralização dos bandos organizados, confisco dos depósitos de armas, divisão dos bairros, controle de identidade, detenções, etc.).

A revalorização das funções dos servidores do Estado

A imagem do pessoal dos serviços públicos deve mudar e a moda "do privado", do dinheiro fácil, que fez furor no Ocidente nos anos 80, chegou ao limite; ela se paga em termos de crescimento da pobreza, da criminalidade e da ruptura do liame social. O que está em causa é o risco de desaparecimento de uma classe média ambiciosa, motivada, confiante; no entanto, a história provou que a prosperidade das nações está ligada à emergência dessa classe empreendedora. O salário de um médico do setor público é da ordem de 10 000 dólares por ano, o de um detetive de 8.000 dólares, o de um professor de 6 000 dólares somente, ainda que os preços sejam comparáveis aos dos países ricos da América do Norte ou da Europa do Oeste. Numerosos funcionários são obrigados a exercer uma segunda profissão, enquanto outros vendem seu silêncio, sua cumplicidade ou sua colaboração aos detentores do dinheiro sujo. A diferença com o setor privado é flagrante, para não levar ao abandono uma desmotivação e uma desqualificação por baixo do nível de recrutamento.

Conclusão: A potencialização das capacidades brasileiras

O Brasil tem uma imagem internacional ambígua, feita de fascínio e de desconfiança ao mesmo tempo. O país é dotado de trunfos naturais e humanos excepcionais, mas é mais reputado por sua jovialidade do que por sua confiabilidade. Conhecemos a famosa fórmula assassina, já antiga: "este país do futuro será sempre um país do futuro". Os "experts" mais otimistas classificam o Brasil no oitavo lugar do rol mundial (PNB em PPA), outros em décimo quinto; ora, conforme seus recursos, sua criatividade e seu peso demográfico, o Brasil pode muito bem, no prazo de três ou quatro décadas somente, chegar ao quinto lugar no rol mundial, em termos de poder econômico. Para isso deve fugir da sua reputação de eterno adolescente, incapaz de disciplinar seus impulsos. O êxito do esforço de domínio da inflação é, desse ponto de vista, uma etapa essencial, que deve ser consolidada; mas a restauração da credibilidade deve ir além; é o sentido do bem público e da perspectiva que deve ser levado em consideração e procurado de novo entre as novas elites; a corrupção e os desvios de fundos públicos devem ser combatidos de maneira exemplar, isto é, com grande divulgação na mídia. Por que há tão poucos habitantes do país que se sintam orgulhosos em apregoar que são brasileiros, ao passo que americanos, alemães, japoneses se sentem orgulhosos em apregoar sua nacionalidade? Esta referência de representação internacional tem um preço imenso, incomensurável; é ela que leva ao desaparecimento dos capitais e faz subir o aluguel do dinheiro a taxas surrealistas que asfixiam os bancos, arruinam as empresas e os particulares (superendividamento), comprimem os orçamentos públicos e sociais e assim provocam o enfraquecimento dos serviços públicos que estruturam a sociedade (infra-estrutura, escola, saúde, segurança, etc.). Restaurar a credibilidade brasileira – notadamente através de sua moeda – é, pois, a prioridade das prioridades. Na era da dominação da consciência planetária pelas mídias e mais precisamente por algumas agências noticiosas, um país como o Brasil, que reúne tantos trunfos, estaria errado em perder novamente sua possibilidade cedendo aos fascínios da moda e esquecendo-se de que nenhuma nação teve êxito em sair de seu subdesenvolvimento num fundo de anarquia: a atualidade russa e africana (Nigéria, Uganda, Zaire, etc.) lembra isso a todo instante. É sobre a solidez do Estado, o investimento no futuro, sobre a estabilidade das instituições e ainda sobre o clima de confiança a longo termo que repousam as perspectivas de crescimento. A estabilização da moeda (combinada com uma reforma fiscal) deveria restabelecer o otimismo dos investidores e contribuir para facilitar o retorno ao crescimento econômico; o crescimento, por sua vez, deveria permitir uma criação de empregos e uma elevação do nível de vida, causando um aumento das rendas fiscais, um saneamento das finanças públicas e um restabelecimento das funções vitais do Estado, provocando assim a entrada num círculo virtuoso.

A evolução recente conduz claramente para um impasse; o custo da segurança global (privada e pública) no Brasil está avaliado na soma astronômica de 28 bilhões de dólares (em lugar de 5 bilhões para o orçamento dos exércitos); os bancos, o comércio, as empresas de transportes, os particulares gastam montantes extraordinários em investimento de segurança (vigias, equipamentos) e em seguros, isto para um rendimento duvidoso (agravamento da delinquência e da criminalidade). A restauração da autoridade do Estado permitiria atenuar a realidade e a psicose da insegurança e ainda destinar progressivamente os gastos de segurança para investimentos produtivos. O Estado é a encarnação da república, isto é, do interesse superior da nação; ele é o principal responsável pelo processo de civilização dos costumes, ele é o protetor legítimo, o árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados; não respeitá-lo é expor-se à desordem e ao risco de explosão social.

Nas sociedades urbanas avançadas, a exigência de segurança é cada vez mais viva; a demanda individual de segurança é máxima, talvez excessiva em relação às possibilidades reais. A mundialização não faz senão reforçar esse imperativo de segurança, pois os operadores financeiros funcionam num universo sem fronteiras onde a imagem dos países e das grandes metrópoles, veiculadas pelas mídias, é decisiva. O retorno a um clima de segurança tem, pois, um preço incalculável em termos econômicos e financeiros.